



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPSB

**PNUD BRA/08/012 - CONTRATO 2010/000952-00
TDR N° 134601**

Produto 4: Relatório técnico de avaliação do acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares às políticas públicas de PGPMBio, Crédito e Ater e Capacitação PAA/NET, no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade de 2009 a 2010.

Laura Vasconcelos de Souza
Consultora

Brasília, julho/2011

Apoio:



**Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

**Ministério do
Meio Ambiente**

**Ministério do
Desenvolvimento Agrário**



COORDENAÇÃO NACIONAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR – SAF
DEPARTAMENTO DE GERAÇÃO DE RENDA E AGREGAÇÃO DE VALOR
Arnoldo Anacleto de Campos - Diretor
Luiz Carlos Rebelatto - Coordenador

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL
João Marcelo Intini - Diretor

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
– SEDR
DIRETORIA DE EXTRATIVISMO - DEX
Claudia Maria Calório - Diretora
Júlio César Gomes Pinho - Coordenador

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
DIRETORIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÃO - DIPAI
Sílvio Isopo Porto – Diretor
Eduardo Soares – Assessor da Diretoria

EQUIPE TÉCNICA
MMA
Cláudia de Souza

MDA
Mônica Batista

MDS
Hétel dos Santos

CONAB
Humberto Pennacchio

SECRETARIA EXECUTIVA - PNPSB
Luciana Rocha – Consultor Nacional da Cadeia da Castanha-do-Brasil
Laura Vasconcelos de Souza – Consultora Nacional – apoio à Coordenação

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação | 6 |
| 1. Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) e às políticas públicas (Crédito, ATER, PGPMBio e Capacitação PAA/Net)..... | 7 |
| 1.1 Introdução | 7 |
| 1.2 Metodologia | 8 |
| 2. Resultados Obtidos | 9 |
| 2.1 Crédito Rural | 9 |
| 2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER | 11 |
| 2.3. Política de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio | 13 |
| 2.4. Capacitações PAA/Net | 16 |
| 3. Avaliação dos Resultados | 17 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Crédito concedido pelo PRONAF para produtos da sociobiodiversidade nos 10 estados prioritários..... | 9 |
| Tabela 2: Principais produtos financiados pelo PRONAF entre 2000 e 2008 | 11 |
| Tabela 3: Número de extrativistas atendidos pelos serviços | 12 |
| Tabela 4: Subvenções da PGPMBio em 2009 e 2010 | 14 |
| Tabela 5: Limites disponibilizados para extrativistas com a subvenção da PGPMBio..... | 15 |
| Tabela 6: Capacitações PAA/Net realizadas em 2009 e 2010..... | 16 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Números de contratos realizados pelo PRONAF | 10 |
|--|----|

SIGLAS

AC – Estado do Acre

AM – Estado do Amazonas

AP – Estado do Amapá

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CE – Estado do Ceará

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CGDE – Coordenação Geral de Diversificação Econômica do MDA

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA

DEGRAV – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor

MA – Estado do Maranhão

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MT – Estado do Mato Grosso

PCTAFs - Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares

PGPMBio – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

PA – Estado do Pará

PI – Estado do Piauí

PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

RO – Estado de Rondônia

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

TO – Estado do Tocantins

Apresentação

O presente documento tem como objetivo apresentar uma avaliação dos resultados relacionados às ações do Plano Nacional por meio da atuação de seus ministérios¹ e CONAB² no fomento ao acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) às políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural sustentável e de acesso a mercados institucionais entre os anos de 2009 e 2010. Trata-se do quarto relatório de um total de cinco da consultoria denominada Secretaria Executiva do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB).

As principais políticas de apoio ao desenvolvimento rural sustentável analisadas neste documento são:

- ❖ Crédito Rural;
- ❖ Assistência técnica.

Já a política relacionada ao acesso a mercados institucionais está inserida nas atuações da Política de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) operacionalizada pela CONAB. Além disso, será sistematizado o resultado das capacitações realizadas via PAA/Net fomentado pelo MDA e pela própria CONAB nos estados.

A forma de apresentação das informações se encontra distribuída em duas partes. A primeira denomina-se “Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) e as políticas públicas (Crédito, ATER, PGPMBio e a capacitação PAA/Net), onde se apresentará os principais resultados alcançados durante os anos de 2009 e 2010.

A segunda parte “Avaliação dos Resultados” mostrará uma análise dos principais resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no mesmo período (2009 e 2010).

¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

² Companhia Nacional de Abastecimento

1. Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs) e as políticas públicas (Crédito, ATER, PGPMBio e Capacitação PAA/Net)

1.1 Introdução

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) possui 5 eixos de ação responsáveis pelo direcionamento das tomadas de decisão da coordenação nacional que tem por responsabilidade garantir o acesso do público beneficiário (PCTAFs) às políticas de promoção comercial, agregação de valor, geração e renda, preservação e uso sustentável da biodiversidade.

O presente documento apresentará resultados das ações e atividades desenvolvidas pela equipe técnica durante os anos de 2009 e 2010 relacionadas as políticas de *Crédito Rural, Assistência Técnica e Extensão Rural, Política de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e Capacitações PAA/Net*.

A linha convencional de financiamento para a agricultura familiar está inserida no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa operacionalizado pelo MDA, financia projetos individuais ou coletivos destinados a gerar renda aos PCTAFs. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas do País.

As principais linhas de crédito rural adequadas aos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares com enfoque na produção extrativista, no incentivo a manutenção dos biomas naturais e na sustentabilidade dos agroecossistemas são: *Custeio, Investimento, Agroindústria, Eco, Floresta, Semi-árido, Custeio e Comercialização de Agroindústria Familiares, Cota-Parte, Microcrédito Rural*. O presente relatório tentará mostrar o que existe de dados disponíveis relacionados ao valor financiado em projetos extrativistas, assim como, os principais produtos da sociobiodiversidade envolvidos nestes recursos. É importante ressaltar que as informações levantados foram somente no âmbito dos 10 estados prioritários da Plano (AM, AC, PA, RO, TO ,MT, CE, PI, MA, AP).

Os serviços de *Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)* também estão no âmbito de ação do MDA. Têm como objetivo melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável. Assim

como o crédito, os dados relacionados a assistência técnica tentará mostrar basicamente o número de extrativistas beneficiários com esse serviços nos estados prioritários do Plano. A ausência de mais informações sistematizadas e disponibilizadas pelo Departamento de Assistência Técnica do MDA (DATER) impedem uma avaliação mais aprofundada sobre o assunto.

A Política de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) é considerada uma das mais bens sucedidas do Plano Nacional, pois foi criada com objetivo de promover a subvenção de preços para produtos da sociobiodiversidade. Atualmente a política apoia 10 produtos da sociobiodiversidade e beneficia mais de 16.000 extrativistas.

Outra forma de promover o acesso às políticas de acesso a mercados são as capacitações realizadas pelo PAA/Net. Este instrumento proporciona o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (Estoque e Doação) de forma simples, facilitando todo o processo de tramitação da proposta via internet.

As informações sistematizadas e analisadas contidas neste relatório buscam subsidiar a coordenação do PNPSB com informações técnicas para a definição de estratégias de atuação que possibilitem a inclusão produtiva dos Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares – PCTAFs, a geração de renda e a preservação ambiental.

1.2 Metodologia

Os procedimentos utilizados na sistematização e análise das atividades desenvolvidas entre 2009 e 2010 para elaboração deste Produto foram:

- Levantamento e análise de documentos relacionados às atividades de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade;
- Sistematização das informações.

O levantamento e análise de documentos tiveram como base de informação os documentos e relatórios gerados pela equipe técnica do PNPSB. O momento posterior de sistematização ocorreu em escritório no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

2. Resultados Obtidos

2.1 Crédito Rural

O crédito rural oferecido ao público extrativista durante os anos de 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011 estão sistematizados na Tabela 1. Os dados demonstram o número de contratos realizados e os valores aportados de recursos em projetos relacionados a produtos da sociobiodiversidade nos 10 estados prioritários do Plano Nacional.

Tabela 1: Crédito concedido pelo PRONAF para produtos da sociobiodiversidade nos 10 estados prioritários

| Região | UF | 2008/2009 | | 2009/2010 | | 2010/2011 | |
|----------------|--------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|--------------------|
| | | Contratos | Montante (R\$) | Contratos | Montante | Contratos | Montante |
| Centro – Oeste | M T | 2.613 | 224.405.589 | 1.231 | 265.453.032 | 780 | 104.089.555 |
| Nordeste | CE | 14.325 | 242.753.328 | 11.828 | 160.704.705 | 4.836 | 35.572.215 |
| | M A | 11.857 | 229.065.596 | 12.161 | 247.623.843 | 5.972 | 77.084.225 |
| | PI | 10.176 | 124.386.357 | 6.412 | 101.047.292 | 2.533 | 28.762.502 |
| Norte | AC | 1.926 | 24.601.976 | 1.583 | 35.449.203 | 1.064 | 12.056.512 |
| | A M | 4.746 | 55.248.128 | 5.290 | 33.805.416 | 355 | 4.215.651 |
| | AP | 386 | 7.581.016 | 253 | 5.978.039 | 14 | 479.070 |
| | PA | 13.887 | 293.522.012 | 3.440 | 158.038.224 | 1.042 | 41.113.525 |
| | R O | 3.289 | 150.908.726 | 3.175 | 189.127.890 | 2.383 | 91.815.221 |
| | TO | 2.054 | 147.958.390 | 605 | 91.139.055 | 551 | 32.725.914 |
| Total | | 65.259 | 1.500.431.119 | 45.978 | 1.288.366.699 | 19.530 | 427.914.390 |

Fonte: MDA/SAF/Departamento de Crédito Rural

Para uma melhor visualização dos dados acima, foi feito um gráfico (Gráfico 1) que mostra o comportamento do número de contratos financiados durante os anos citados. De acordo com a figura observa-se que entre os 10 estados atendidos pelo Plano Nacional apenas o Maranhão e o Amazonas apresentaram um crescimento

entre o período de 2008/2009 e 2009/2010, sendo 102,56% no Maranhão e 111,46% no Amazonas. Os outros Estados apresentaram diminuição no acesso as linhas de financiamento registrado de acordo com o banco de dados do PRONAF.

CONTRATOS FINANCIADOS

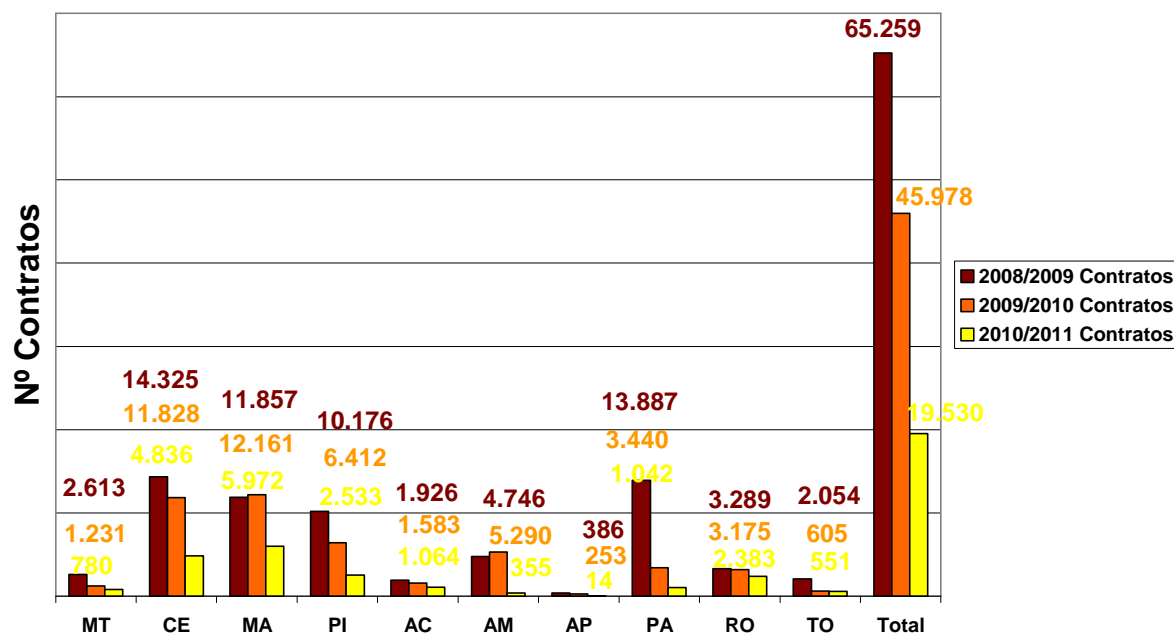


Gráfico 1: Números de contratos realizados pelo PRONAF

Essa situação é justificada devido a tendência natural de acesso ao crédito que, de acordo com o MDA, diminui com o passar dos anos devido a limitada capacidade de pagamento do extrativista.

O departamento de crédito rural do MDA também disponibilizou a contratação histórica do Pronaf para produtos da sociobiodiversidade. Os dados são de 2000 a 2008, não havendo levantamento disponível para os anos de 2009 e 2010 até o momento.

Os principais produtos, o valor total financiado e o número de contratos encontram-se descrito na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Principais produtos financiados pelo PRONAF entre 2000 e 2008

| Produto | Valor Financiado (R\$) | Nº de Contratos |
|---------------------------|-------------------------------|------------------------|
| Açaí | 49.236.927 | 15.148 |
| Babaçu | 125.382 | 109 |
| Borracha (Seringa) | 7.663.537 | 1.117 |
| Carnaúba | 2.605.543 | 278 |
| Castanha do Brasil | 3.384.824 | 285 |
| Cupuaçu | 1.550.595 | 322 |
| Erva Mate | 14.504.276 | 2.775 |
| Guaraná | 397.428 | 60 |
| Murici | 1.335 | 5 |
| Piaçava | 701.619 | 107 |
| Pupunha | 12.990.604 | 1.113 |
| Total | 93.161.670,00 | 21.319 |

Fonte: MDA/SAF/DFPP

Dentre os 11 produtos apresentados pela Tabela 2, o açaí é o de maior destaque representando 71% do total de contratos. As cadeias prioritárias pelo Plano são responsáveis por apenas 0,5% do número de contratos para o Babaçu e 1,33% do número de contratos para a Castanha do Brasil representando uma carência no acesso de crédito pelos extrativistas das duas cadeias.

Na elaboração deste relatório constatou-se que é necessária a obtenção de dados mais aprimorados de modo que contribua com as análises, tais como dados que mostrem, por exemplo, qual a categoria de crédito mais acessada pelo público extrativista e por quê; Qual a situação de endividamento ou da capacidade de pagamento deste público em relação ao recurso financiado. Para isso, seria interessante a realização de um estudo técnico que subsidie a coordenação do Plano com informações mais qualitativas sobre o assunto. Parte dessas informações poderia ser buscada nas agências financiadoras (bancos) e nas instituições de assistência técnica.

2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, assim como o Departamento de

Financiamento e de Proteção à Produção não possui dados disponíveis para análises mais profundas sobre o acesso desse serviço de assistência técnica por extrativistas nos Estados contemplados pelo Plano. Tão pouco dados referentes à qualidade do serviço prestado e dos resultados alcançados.

Os dados que serão apresentados tiveram que ser sistematizados pela equipe técnica do Plano Nacional, pois inexistem dados específicos ao público extrativista. Esta sistematização foi feita através da análise de todos os planos de trabalhos inseridos nos convênios firmados entre o MDA e as instituições proponentes entre os anos de 2007, 2008 e 2009³ tendo como indicador o público beneficiário (extrativista). A Tabela 3 demonstra o resultado dessa sistematização.

Tabela 3: Número de extrativistas atendidos pelos serviços de Ater

| Estados | Nº de Extrativistas Atendidos | | |
|----------------|--------------------------------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 |
| MT | 0 | 0 | 0 |
| PA | 0 | 0 | 0 |
| PI | 0 | 0 | 0 |
| RO | 310 | 0 | 0 |
| TO | 0 | 0 | 0 |
| AC | 250 | 6.729 | 0 |
| AM | 0 | 0 | 0 |
| AP | 0 | 55 | 0 |
| MA | 0 | 0 | 60 |
| CE | 0 | 0 | 0 |
| Total | 560 | 6.784 | 60 |

Fonte: MDA/SAF/DATER

Pode-se observar que dos 10 estados priorizados pelo Plano Nacional apenas 7.404 extrativistas foram atendidos pelos serviços de Ater entre os anos de 2007 a 2009. Trata-se de um número pouco significativo, uma vez que significa apenas 23,18% do total de 31.930 extrativistas registrados pelo banco de dados da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF).

O levantamento realizado demonstra dois resultados interessantes, um relacionado a gestão interna do DATER/MDA relacionada a possibilidade da existência de outros dados que não foram disponibilizados a equipe técnica do Plano por falta de

³ Dados relacionados ao ano de 2010 não foram disponibilizados até o momento

sistematização e de dificuldade da equipe do DATER em fornecê-los; e o outro relacionado a operacionalização do serviço nos Estados da federação, devido a incapacidade das agências operadoras em captar o serviço e assim levar à assistência técnica aos extrativistas

Para que haja uma mudança nesse quadro demonstrativo é necessário o estabelecimento de uma parceria entre o Plano Nacional representado pelo DGRAV/CGDE no MDA e o DATER de modo que haja a sistematização das informações disponíveis. Outra sugestão é que a equipe técnica do Plano Nacional acompanhe as chamadas públicas relacionadas a Ater, assim como verifique a possibilidade da montagem de chamadas públicas específicas ao público extrativista.

Em relação aos Estados da Federação, o MDA poderia fomentar capacitações às agências operadoras da política e esforçar-se para realizar divulgação das chamadas públicas de Ater nos Estados, voltada ao público extrativista (sindicatos, associações e cooperativas), as secretarias estaduais (agências operadoras) e as empresas de assistência técnica.

2.3. Política de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio

A política de garantia de preço mínimo foi instituída pelo decreto –lei nº 79 de 1966. Em 2008, foi instituída a lei nº 11.775 que permitiu a modalidade de subvenção direta que prevê ao extrativista o recebimento de um bônus caso efetue a venda de seu produto por preço inferior ao preço fixado pelo Governo Federal. Atualmente, a sociobiodiversidade possui 10 produtos com PGPM, sendo eles: Açaí (fruto), Babaçu, Borracha Natural Bioma Amazônico, Pequi (fruto), Piaçava (fibra), Castanha do Brasil, Umbú (fruto), Baru (fruto), Mangaba (fruto), Carnaúba (cera e pó).

O acesso à subvenção é realizado de duas formas:

Se for extrativista:

- ❖ Declaração de Aptidão ao Pronaf;
- ❖ 2º via da nota fiscal de venda ou de compra;
- ❖ Conta corrente;
- ❖ CPF regular

Se for cooperativa:

- ❖ Declaração de Aptidão ao Pronaf - jurídica
- ❖ 2º via da nota fiscal de venda ou de compra;
- ❖ Conta corrente em nome da cooperativa
- ❖ Certidões negativas do INSS e do FGTS.

Entre os anos de 2009 e 2010, a PGPMBio obteve os resultados demonstrados na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Subvenções da PGPMBio em 2009 e 2010

| Produtos/Estados | 2009 | | | 2010 | | |
|---------------------------|----------------|---------------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | Quant. (Kg) | Valor (R\$) | Nº Extrativistas | Quant. (Kg) | Valor (R\$) | Nº Extrativistas |
| Borracha | | | | | | |
| Acre | 114.288 | 242.936,90 | 515 | 219.132 | 348.005,95 | 867 |
| Amazonas | 272.575 | 435.346,00 | 854 | 308.972 | 562.834,00 | 879 |
| Rondônia | 51.124 | 113.050,00 | 154 | 103.797 | 219.809,90 | 412 |
| Pará | 717 | 1.577,40 | 1 | 6.209 | 14.214,80 | 18 |
| Subtotal | 438.704 | 792.910,30 | 1524 | 638.110 | 1.144.864,65 | 2.176 |
| Amêndoa Babaçu | | | | | | |
| Maranhão | 313.240 | 182.961,30 | 1.877 | 1.484.863 | 871.733,10 | 13.550 |
| Subtotal | 313.240 | 182.961,30 | 1.877 | 1.484.863 | 871.733,10 | 13.550 |
| Castanha do Brasil | | | | | | |
| Acre | 13.970 | 2.495,50 | 4 | - | - | - |
| Amapá | 95.200 | 52.360,00 | 34 | 760.600 | 498.422,50 | 346 |
| Amazonas | 19.500 | 4.871,10 | 13 | 119.033 | 33.491,50 | 114 |
| Pará | 59.050 | 25.067,50 | 24 | 73.488 | 18.315,27 | 19 |
| Rondônia | - | - | - | 29.898 | 7.474,50 | 27 |
| Subtotal | 187.720 | 84.794,10 | 75 | 983.020 | 557.703,77 | 506 |
| Fibra de Piaçava | | | | | | |
| Bahia | - | - | - | 262.281 | 182.106,46 | 133 |
| Subtotal | - | - | - | 262.281 | 182.106,46 | 133 |
| TOTAL | 939.664 | 1.060.665,70 | 3.476 | 3.368.275 | 2.756.407,98 | 16.365 |

Fonte: CONAB/ DIPA/SUGOF/GEBO

De acordo com a Tabela 4, observa-se que o número de extrativistas aumentou em praticamente todos os produtos listados acima com subvenção em 2009 e 2010. As exceções são observadas no Acre e no Pará, em relação à Castanha. Em 2009, o Acre obteve subvenção para 13 toneladas do produto beneficiando, 4 extrativistas e, em 2010, não há registro de subvenção realizada pelo estado. Este resultado pode estar relacionado com o aumento do preço de mercado em relação ao preço mínimo, desobrigando o ente público dos gastos com a subvenção do produto. Esse o resultado demonstra o efeito positivo da PGPMBio tanto para o extrativista quanto para o poder público.

Já o Pará teve um aumento de 14,4 toneladas na quantidade comercializada de 2009 para 2010, porém o número de extrativistas acessando a PGPMBio reduziu em 20%. Esse resultado pode estar relacionado com a melhora do preço de mercado

do produto no ano em relação ao preço mínimo, assim como no Acre. Em 2009, a subvenção pagou uma diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado de R\$ 0,42/kg e em 2010 apenas R\$ 0,24/kg. Isso demonstra a melhora no preço de mercado acessado pelos extrativistas no Estado.

Os dados apresentados mostram que houve um crescimento de aproximadamente 358,4% na quantidade comercializada de produtos da sociobiodiversidade e um crescimento de aproximadamente 470,8% no número de extrativistas beneficiados pela PGPMBio em 2010.

Outro dado interessante disponibilizado pela CONAB é o limite disponível por safra/produto/extrativista na PGPMBio. A Tabela 5 demonstra esses valores.

Tabela 5: Limites disponibilizados para extrativistas com a subvenção da PGPMBio

| Produto | Preço Mínimo (R\$) | Limite (R\$)/extrativista |
|--------------------------|-------------------------------|----------------------------------|
| Açaí (fruto) | 0,69 | 821,09 |
| Babaçu | 1,46 | 950,00 |
| Baru (fruto) | 0,20 | 675,00 |
| Borracha Bioma Amazônico | 3,5 | 1.800,00 |
| Castanha-do-Brasil | 1,05 | 1.540,00 |
| Cera de Carnaúba tipo 4 | 6,59 | 1.365,00 |
| Mangaba | 1,51 | 985,00 |
| Pequi (fruto) | 0,23 (Norte e Nordeste) | 770,00 |
| | 0,37 (Sudeste e Centro Oeste) | 1.129,00 |
| Piaçava (fibra) | 1,67 (Bahia) | 1.420,00 |
| | 1,07 (Amazonas) | 1.140,00 |
| Pó cerífero tipo B | 4,20 | 887,50 |
| Umbu | 0,38 | 315,00 |

Fonte: CONAB/ DIPAI/SUGOF/GEBIO

Pela Tabela 5 observa-se que a PGPMBio pode ser um gerador de renda complementar aos beneficiário extrativistas. A venda da borracha, da castanha, do pequi, da piaçava e dos derivados da carnaúba para a CONAB pode gerar uma renda superior a R\$ 1.000,00/safra/extrativista.

2.4. Capacitações PAA/Net

O PAA/Net é um aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento. Tem o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR – Doação e CPR - Estoque). É um mecanismo para as cooperativas e as associações de PCTAFs realizarem as seguintes operações:

- ❖ Registrar proposta de participação: CPR-Estoque e CPR-Doação;
- ❖ Validar, automaticamente, os dados informados pelas cooperativas e associações;
- ❖ Transmitir as propostas de participação, via conexão segura de internet;
- ❖ Reaproveitar os dados de propostas (proponente, fornecedores, consumidores, produtos) feitas anteriormente e já transmitidas;
- ❖ Salvar cópia da proposta no computador da cooperativa ou associação;
- ❖ Tramitar a proposta de participação por meio eletrônico.

Os dados relacionados a este instrumento também foram insuficientes para análises mais aprofundadas sobre o assunto. O que se conseguiu com a sistematização dos dados disponíveis está descritos na Tabela 6.

Tabela 6: Capacitações PAA/Net realizadas em 2009 e 2010

| Estados | 2009 | | 2010 | |
|----------------|----------------------------|--|----------------------------|--|
| | Nº de participantes | Observações | Nº de participantes | Observações |
| CE | 289 | | 130 | - |
| MA | - | Não informou o número de participantes | | Uma série de capacitações foi realizada no estado, porém não há especificação para o PAA/Net |
| PA | 2.115 | - | 300 | - |
| PI | 385 | - | - | - |
| TO | 102 | - | - | - |
| Total | 2.891 | - | 430 | - |

Fonte: CONAB/DIPAI/SUGOF/GECAF

De acordo com a Tabela 6, observa-se que entre os Estados prioritários apenas 5 receberam esse serviço prestado pela CONAB. O MDA também realiza capacitações, porém nenhuma foi realizada nos estados prioritários do Plano no período de 2009 e 2010. Além disso, pode-se observar que o número de participantes

em 2010 teve redução de 85,12%. Isso pode estar relacionado ao ano eleitoral que impossibilitou a ação do governo federal a partir do 2º semestre do ano de 2010.

3. Avaliação dos Resultados

Os principais resultados alcançados pelas atividades desenvolvidas pelos ministérios no âmbito deste relatório foram:

- ❖ Diminuição do acesso ao *Crédito* (PRONAF) por comunidades extrativistas entre os anos de 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011. De forma geral houve uma redução de aproximadamente 29,54% no acesso relacionada a 2009/2010 e de aproximadamente 70% relacionado ao ano 2010/2011, tendo a base de cálculo o ano de 2008/2009. É necessário a realização de um levantamento/diagnóstico para identificar quais os gargalos responsáveis pelo número reduzido de acessos ao crédito pelos extrativistas. Além disso, sugiro que seja feito:
 - I. Trabalho de divulgação das categorias de créditos voltados aos extrativistas, ressaltando suas diferenças e oportunidades por meio do portal da sociobiodiversidade e das redes, para que o assunto chegue ao público alvo (PCTAFs e empresas de assistência técnica);
 - II. Mobilização do DGRAV/CGDE junto ao Departamento de Financiamento e Proteção da Produção, para ampliar o PRONAF aos povos e comunidades tradicionais, tendo as ações e resultados do Plano Nacional da Sociobiodiversidade como diretriz para tal ação.
- ❖ O serviço de *Assistência Técnica* ao público extrativista teve crescimento de 1211% em 2008, em relação a 2007. Isso ocorreu devido à ação no estado do Acre de incentivo a este serviço de apoio. Já em 2009, o número de extrativistas com acesso à assistência técnica reduziu novamente para somente 60 extrativistas atendidos, apenas no estado do Maranhão. Os outros estados (MT, PA, PI, TO, AM, CE) não apresentaram resultados em relação a esse tema. A sugestão proposta para superação deste problema é uma aproximação do Plano Nacional via DGRAV/CGDE junto ao DATER para diagnóstico/levantamento dos gargalos relacionados a esta política dentro do

MDA, visando assim possíveis encaminhamentos de soluções para o público beneficiário do Plano. Além disso, faz-se necessário a montagem de uma estratégia para obtenção/sistematização dos dados relacionados a Ater nos Estados prioritários do Plano junto ao DATER/MDA afim de se ter um diagnóstico mais elaborado sobre esse serviço prestado ao público extrativista.

❖ Os dados apresentados pela *Política de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio)* demonstram que a política está a cada ano ampliando a participação dos extrativistas no acesso aos mercados institucionais. De 2009 para 2010 houve um crescimento de 470,8% no número de extrativistas acessando a PGPMBio. Para a safra 2010/2011 espera-se a introdução de novos produtos da PGPMBio de modo que amplie a participação de extrativistas na comercialização; Espera-se que o preço de mercado seja regulado de acordo com o preço mínimo, pois assim garantirá a diminuição da participação da CONAB (subvenções) neste processo, como aconteceu no Estado do Pará em 2010. E espera-se que a cada ano o extrativista acesse o valor máximo permitido por safra, de acordo com a Tabela 5, e garanta a ampliação da renda, utilizando os produtos extrativistas da região como atividade complementar ou atividade principal segundo as características de cada região/Estado.

❖ O PAA/Net é um instrumento disponibilizado pela CONAB para facilitar o acesso ao PAA (estoque e doação) pelas associações, cooperativas e sindicatos (entidades representantes). De acordo com os dados apresentados não foram muito significativas as capacitações realizadas pela CONAB durante os anos de 2009 e 2010. As atividades realizadas em 2009 e em 2010 atingiram poucos participantes sendo eles agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, técnicos extensionistas e membros de associações, cooperativas e sindicatos. Uma sugestão para tentar modificar esse resultado, a partir de 2012, é iniciar um processo de divulgação do instrumento por meio dos sites institucionais, principalmente a CONAB e o MDA, afim de provocar a demanda para a capacitação, assim como ampliar o acesso ao sistema para o envio de projetos.